

IV Semana  
Estadual de  
**Controle  
Interno**

## **NOVA LEI DE LICITAÇÕES:**

IMPLEMENTAÇÃO NO ESTADO - PORTAL NACIONAL DE  
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E PONTOS DE ATENÇÃO NA  
INSTRUÇÃO PROCESSUAL

SECRETARIA DE ESTADO DA  
ADMINISTRAÇÃO

Realização

CONTROLADORIA GERAL  
DO ESTADO



GOVERNO  
DA PARAÍBA

Apoio

SECRETARIA DE ESTADO  
DA ADMINISTRAÇÃO



CAGEPA  
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA



CONTROLADORIA-GERAL  
DA UNIÃO





## **Nova Lei de Licitações e Contratos**

---

- A Lei de Licitações nº 14.133/21 foi promulgada para modernizar os procedimentos de compras públicas.
- A Medida Provisória (MP) nº 1.167, de 31 de março de 2023, prorrogou a vigência das leis nº 8.666/93, 12.462/2011, que trata do Regime Diferenciado de Compras – RDC, e, ainda, a Lei 10.520, de 2002.
- Com a medida MP publicada, a Lei nº 14.133/2021, deverá, necessariamente, entrar em vigor a partir do dia 29 de dezembro de 2023.



## **GT de Normatização**

---

- Em 2022, foi criado um Grupo Técnico de Trabalho, visando a atualização das normas estaduais bem como os modelos gerais do Sistema Gestor de Documentos – SGD. (por exemplo: editais, termo de referência, projeto básico, contratos, entre outros).
- O grupo é formado por servidores da SEAD, CGE e PGE, o qual tem como objetivo à adequação a NLLC.



## NORMATIVOS PUBLICADOS PELO GOVERNO DO ESTADO:



Portaria Conjunta nº 003/2022- CGE/PGE/SEAD -  
Grupo de Trabalho



Portaria Conjunta nº 002/2023 CGE/PGE/SEAD -  
TRANSIÇÃO DA LEI



Decreto nº 41.200/2021- Contratação Direta -  
Dispensa e Inexigibilidade



Decreto nº 43.759/2023 - Registro de Preços



Decreto Estadual nº 42.967/2023 - Pesquisa de Preço



Orientação Normativa Conjunta - PGE/SEAD/ CGE nº  
001/2021- Contratação Direta - DOCUMENTOS  
EXIGIDOS - Dispensa e Inexigibilidade



# TRANSIÇÃO DA LEI

## PORTARIA CONJUNTA Nº 002/2023 CGE/PGE/SEAD

Processos licitatórios no Sistema Eletrônico Gestor de Compras (SEGC) devem indicar expressamente a legislação que será utilizada.

Possibilidade de escolha entre as Leis nºs 8.666/93; 10.520/02 (Pregão), 12.462/11 (RDC) e Decreto Estadual nº 34.986/14 (Sistema de Registro de Preços)



## PRAZOS IMPORTANTES

Cada órgão terá até o dia 01 de agosto de 2023 para iniciar o procedimento licitatório que deseja utilizar.

Demais dispensas (exceto de valor) e inexigibilidades - Abertura no sistema gestor de compras até 30 de setembro de 2023, utilizando a lei nº 8.666/93.



## PRAZOS IMPORTANTES

Procedimento	Descrição	Instrumento	Prazo para abertura no SEGC	Prazo para trâmite à CGE	Prazo para publicação no DOE
Licitação realizada pelo órgão	Todas as modalidades previstas nas Leis nº 8.666/93, 10.520/02 e 12.462/11	Edital	01/08/2023	12/12/2023	29/12/2023
Licitação realizada pela Central de Compras	Todas as modalidades, exceto licitações para registro de preço	Edital	01/08/2023	12/12/2023	29/12/2023
Licitação realizada pela Central de Compras	Registro de Preço	Edital	01/08/2023	20/12/2023	29/12/2023
Outras dispensas (exceto por valor)	Dispensas de Licitação	Ato de autorização/ratificação	30/09/2023	30/09/2023	30/09/2023
Inexigibilidade	Todas as inexigibilidades	Ato de autorização/ratificação	30/09/2023	30/09/2023	30/09/2023

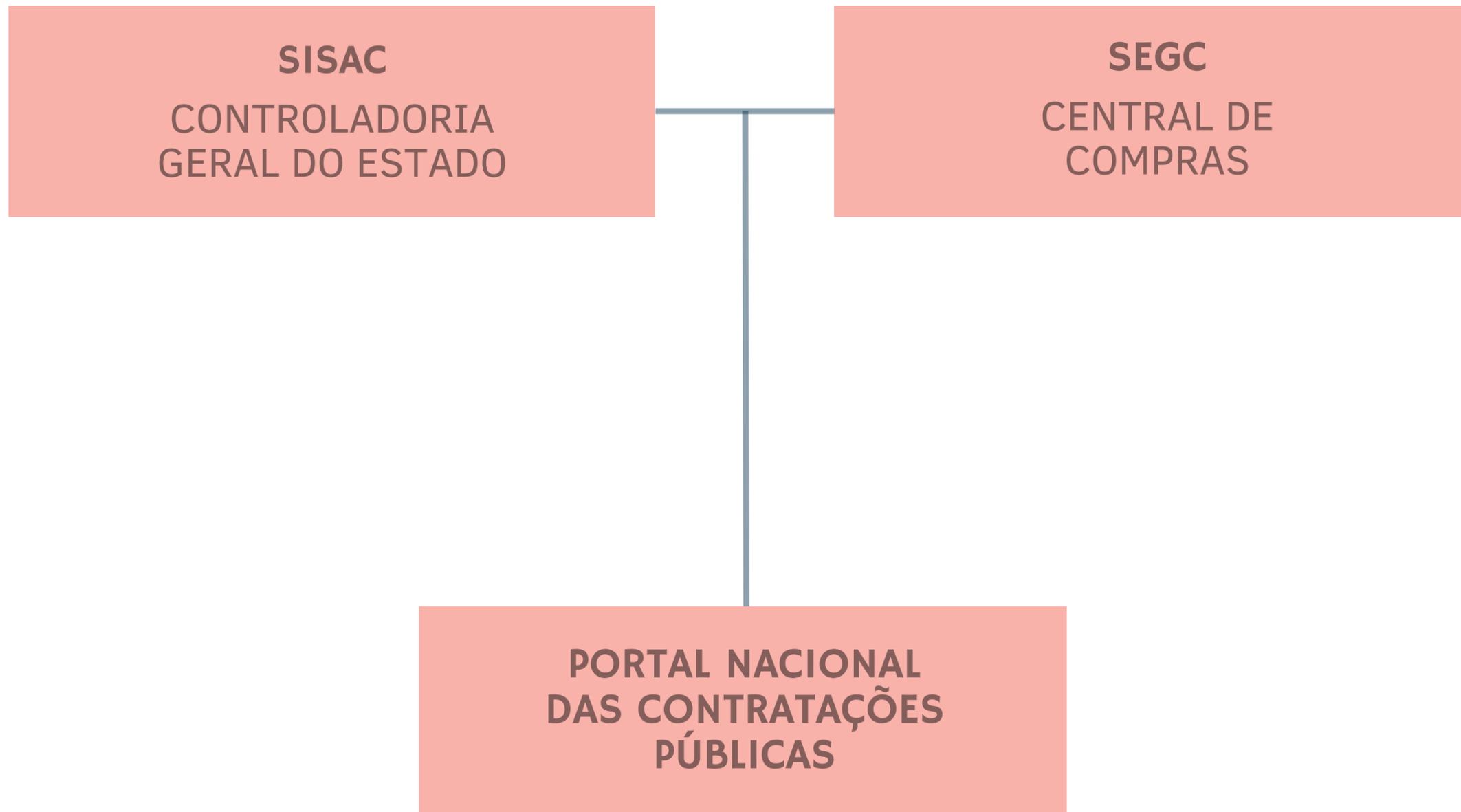


## **PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP)**

- A Lei nº 14.133/21 instituiu em seu artigo 174 o Portal Nacional das Contratações Públicas (PNCP), sítio eletrônico destinado à divulgação centralizada e obrigatória de informações sobre licitações e contratos, com o objetivo promover a transparência e a eficiência nas compras governamentais;
- O PNCP tem facilitado o acesso e a participação de fornecedores. Ou seja, um dos principais benefícios do PNCP é a criação de um ambiente mais competitivo entre os fornecedores;
- Ofício Circular Conjunto N° 0006/2022/CGE/SEAD, o qual orienta sobre a utilização da ferramenta publicador de contratos no PNCP.



# PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP)





# **OBRIGADO!**

---

Diretoria Executiva da Central de Compras  
Secretaria de Estado da Administração